

**PARECER JURÍDICO**

À SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

<b>PARECER:</b>	816/2021/MTFC/PGM
<b>PROCESSO:</b>	49.849/2021
<b>ABERTURA:</b>	23/11/2021
<b>INTERESSADO:</b>	SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
<b>ASSUNTO:</b>	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 052/2021
<b>IMPUGNANTE:</b>	J. G. BAIÃO INFORMÁTICA, CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.

Trata-se de solicitação, encaminhada a esta Procuradoria, na data de 23/11/2021, em que os itens impugnados foram enfrentados pela Comissão de Licitações, juntamente com a área técnica da PMRG e que essa PGM, passa a analisar.

**DA IMPUGNANTE:**

A Empresa **J. G. BAIÃO INFORMÁTICA, CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.**, CNPJ 06.265.843/0001-04, com sede na Rua do Imperador, 264, Petrópolis/RJ, representada por seu sócio administrador, José Guilherme Dantas Baião, inscrito no CPF 030.169.87-07, apresentou pedido de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de Pregão Eletrônico 052/2021.

**DO EDITAL IMPUGNADO:**

O Edital do Pregão Eletrônico 052/2021, tem como objeto: a contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência; tendo como data de abertura, o dia 23/11/2021, às 14h.

O Edital em epígrafe, encontra-se suspenso, conforme aviso publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, nº230, de 22/11/2021, p. 293.

**DA TEMPESTIVIDADE E DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:**

Alega a Impugnante que o ato convocatório lançado não deixa claro a data específica para abertura do certame. De modo contrário ao alegado sob tal aspecto, necessário pontuar de que o

item 1.6, conforme destacado nas próprias razões impugnativas, não deixa dúvidas quanto as definições de início da sessão para as 14hs do dia 23/11/2021.

E, ainda, é sabido que a sessão pública é composta de etapas, sendo a inaugural o recebimento das propostas, sendo dispiciendo que conste expressamente a data e horário da sessão pública, conforme dispõe a Lei 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: [...]

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame; (*grifo nosso*)

A r. impugnante apresenta equívocos em seus argumentos no presente item posto que, baseia os mesmos ainda na data anterior designada, para 17/11/2021.

Assim, inobstante se reconhecer como tempestiva a presente impugnação, resulta improcedente o pleito quanto as alegações de incertezas referente a data de abertura do certame.

#### **DA SUSPENSÃO CERTAME:**

Esclarece que, ante as impugnações e considerações internas, entendeu por bem suspender a abertura na data designada anteriormente, para ajustes e correções no presente ato convocatório.

Contrário aos argumentos da Impugnante, não há nenhum prejuízo ou omissão administrativa inerente a suspensão. O exercício do direito à insurgências materializadas por intermédio de impugnação foi do mesmo modo observado e respeitado. Tanto que, a ora impugnante novamente exerce seu direito.

#### **DO PARECER JURÍDICO FUNDAMENTADO:**

A Impugnante exige que seja realizada a presente análise pelo corpo jurídico da administração. A respectiva postulação ao tempo que desmerece, também, desconhece as funções e atividades inerentes a comissão licitatória.

Cumprido esclarecer ainda de que, independente do objeto a ser contratado, a comissão licitatória, possui poderes e capacidade para proceder análise e emitir decisão a respeito do que está sendo contratado, na presente fase do certame.

O Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta o Pregão Eletrônico, deixa claro as atribuições do Pregoeiro quanto a decisão de impugnações interpostas:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

Improcedente o pleito, tendo em vista a fase do certame e os poderes atinente à Comissão/Pregoeiro.

**DAS ALEGAÇÕES INERENTES A SUPOSTAS ILEGALIDADES:**

Sob o aspecto das ilegalidades pontuadas na peça impugnativa, cumpre salientar de forma preliminar de que, a própria impugnante trata o item como “possíveis” ilegalidades. Ou seja, ela mesma tem dúvidas, posto que, sequer consegue afirmar e, por conseguinte fundamentar a efetiva configuração de ilegalidades no ato convocatório lançado.

Questiona inicialmente sobre o rol dos documentos exigidos no Edital para fins de habilitação (quanto a qualificação técnica ) alegando que há descumprimento do art. 27 da Lei 8.666/93, aplicada aqui de forma subsidiária.

De forma objetiva o que parece de acordo com as alegações da impugnante é que, não se exija qualificação técnica para fins de habilitação e de que, a futura contratada não precise comprovar nenhuma ligação/relação com o fabricante do software que será fornecido por ela.

Tais argumentos e postulação, não podem prosperar para fins de comprovação de qualificação técnica. Uma porque, a administração não pode abrir mão de exigir comprovação da qualificação da técnica para fins de habilitação, que conforme reconhece a própria impugnante, faz parte do rol taxativo.

Outra, porque, não pode essa administração contratar fornecedora que sequer lhe apresente garantias mínimas de que, em caso de necessidade, como por exemplo, uma possível ruptura contratual entre a fornecedora do sistema para a Prefeitura e a fabricante do software. Portanto, é necessário que a fornecedora tenha acesso aos códigos fonte do software que está baseado o seu sistema que fornece para essa administração.

Para tanto, o ato convocatório prevê a possibilidade de dispor dessas informações, seja na condição de proprietária ou mesmo de terceira, porém com o devido acesso aos programas fontes.

Essa condição e permissibilidade é clara no item 6.1.7 alínea “b”:

b) Declaração de que a proponente é fabricante do sistema, ou autorização expressa deste, comprovando que tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os

serviços de implantação, configuração, suporte, customização e manutenção dos programas ofertados.

O efeito da não exigência seria justamente o oposto alegado pela impugnante. Somente aquelas empresas fabricantes do sistema (software) deteriam os requisitos técnicos para participar do pleito, visto que as demais não fabricantes não teriam como comprovar parâmetros técnicos e possibilidades futuras de desenvolvimento do sistema que ora não possuem acesso.

Por tal se por um lado, a exigência de acesso ao sistema, inclusive ao código-fonte, do fabricante amplia a concorrência; por outro lado, coloca acima dos interesses privados o interesse público, visto que a ausência da habilitação técnica poderia acarretar a descontinuidade da prestação de serviços públicos, inclusive essenciais que envolvem a segurança, a saúde e a vida dos munícipes, especialmente, no caso daqueles ligados a saúde, assistência social e segurança pública.

Nos dois sentidos, seja ampliando a concorrência para fabricantes e não fabricantes, seja no elevado interesse coletivo e da administração pública não se sustentam tais argumentos.

#### **DAS ALEGAÇÕES QUANTO A DIRECIONAMENTO E RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE:**

Alega direcionamento e restrição à competição do certame, com base em certames lançados por outras administrações que objetivaram a respectiva contratação.

A alegação de que vários municípios possuem editais semelhantes que envolvem aplicações em WEB, bem como armazenamento e processamento em nuvem, só ratifica o argumento que na realidade concorrencial atual essas características são comuns, ordinárias, amplamente difundidas e requisitadas. É comum no âmbito privado e público que os serviços de informática sejam prestados por meio de aplicações WEB baseadas em nuvem.

E, sob tal aspecto cumpre salientar de que, a escolha pela tecnologia baseada em sistema com ambiente computacional 100% em nuvem, não direciona a nenhuma determina empresa.

Não há dúvidas que para a elaboração e lançamento, não somente do presente objeto, mas de vários outros, essa Administração como várias outras, buscam referências em editais já lançados desses vários objetos. No caso de software é praticamente impossível a administração sair do zero; torna-se necessário e importante a busca de informações para concretização do lançamento do ato convocatório.

Curiosamente, no presente caso a r. Impugnante, se utiliza de argumentos emprestados de certames realizados por outras administrações. Sem o devido conhecimento de qual contexto efetivamente ocorreram as discussões e apontamentos nos certames apontados, tenta justificar um inexistente direcionamento e por conseguinte ferindo a competitividade do certame.

A Impugnante parece não ter conhecimento do mercado de software no estado do Rio Grande do Sul, posto que, funda seus argumentos no “ouvi dizer”; fundamenta seus argumentos com informações de outra empresa chamada Thema a qual lhe informou sobre processo judicial

envolvendo determinada fornecedora, nesse compasso cumpre dizer de que, independente de qual empresa, todo e qualquer possível licitante terá que apresentar as certidões de regularidade cível e criminal.

Assim a Impugnante, de forma intencional e desprovida de informação atualizada, menciona por exemplo certames realizados pelas administrações de Sapucaia do Sul e Horizontina como contratações não realizadas, tendo em vista discussão judicial dos respectivos certames. Porém, não é essa a realidade que se verifica por intermédio de simples consulta ao portal de transparência dos respectivos municípios:

(<https://sapucaiaodosul.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/6/item/1/tipo/1>)

(<https://horizontina.atende.net/?pg=transparencia>) .

A fim de cumprir seu mister, com base nas próprias informações inseridas na impugnação essa Administração apurou as decisões referente ao possível direcionamento e, no caso de Sapucaia do Sul, o Acórdão da 1ª. Cam. Civ do TJRS não reconheceu o direcionamento alegado (CNJ: 0150080-39.2018.8.21.7000). Também com relação as alegações de direcionamento pela administração de Horizontina, a decisão do TCE/RS lavrada no Processo nº 1485-0200/19-9, Cons. Alexandre Postal, de 22.04.2019, do mesmo modo não reconhece direcionamento. Ambas as administrações com suas contratações regulares, desvelando a verdade quanto ao não direcionamento.

Ademais, qualquer sistema hoje comercializado deve garantir ao setor público os mesmos requisitos de tecnologia amplamente ofertados à iniciativa privada, visto que o bem a ser preservado pelo ente público é muito superior àqueles e, por isso não pode a Administração Pública ficar refém da incapacidade e obsolescência de empresas ineficientes, arcando com prejuízos econômicos e, especialmente, pela deficiência dos serviços prestados à população; há que se ressaltar que não se trata apenas da aquisição de um software, mas sim da eficiência na prestação de uma imensa gama de serviços a população.

Resta, portanto, improcedente o pleito.

#### **DAS ALEGAÇÕES DE VÍCIO NA JUSTIFICATIVA DO EDITAL:**

A Impugnante repete alegando a identidade de justificativa de outros certames, trazendo vícios ao presente certame e ainda pelo fato de que não apresenta clareza suficiente.

Contrário a tais argumentos, se esclarece de que, a justificativa é clara ao ponto de não deixar nenhuma dúvida do que essa Administração almeja para contratação do software de sistema de gestão.

Conforme já dito também, essa Administração não tem nenhuma relação ou mesmo ingerência em escolhas efetuadas por outras administrações; a possível identidade de pontos no presente Edital com o de outras administrações, como a própria justificativa, se caracteriza pela consonância do que se busca em tecnologia.

Ainda sob tal aspecto, cumpre salientar de que a identidade quanto as funcionalidades dos módulos, decorre da própria gestão administrativa empregada pelas administrações e pela variabilidade do volume de utilização; porém, a funcionalidade de cada módulo é praticamente a mesma. Os serviços de gestão são executados dentro de uma regra funcional que independem do tamanho do município, pois a bem da verdade estamos todos sujeitos as mesmas legislações e políticas públicas, com poucos regramentos próprios.

Contrário ainda do pontuado na impugnação várias empresas possuem capacidade de fornecimento da tecnologia buscada na contratação, portanto, a respectiva escolha por tecnologia baseada integralmente em nuvem, não direciona, nem restringe a participação de interessados. Apenas, caso a interessada não disponha da tecnologia buscada, aí sim, não poderá participar.

Porém, essa é justamente a escolha dessa Administração, ou seja, buscar um sistema que lhe entregue tecnologia que possa fazer frente às necessidades atuais, tendo como usuários diretos os servidores e os indiretos representados pelos munícipes, que necessitam de melhor qualidade e agilidade na prestação dos serviços públicos.

Em sendo assim, as alegações de que, apenas uma empresa seria capaz de cumprir o Edital lançado não prospera, o que essa Administração quer é poder cumprir com a Lei 14.129/2021, na busca de um governo digital e do aumento da eficiência pública.

#### **DAS ALEGAÇÕES QUANTO AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:**

A insurgência quanto a apresentação de atestado de capacidade técnica, comprovando atendimento às áreas indicadas para os lotes objeto da contratação, não merece agasalho pois se trata da exigência do art. 27, II da Lei 8.666/93 e a apresentação dos documentos não restringe a participação de quaisquer empresas, mas protege a Administração Pública de que a empresa tem experiência e perícia e que toda empresa com interesse em participar de certames objetivando prestação dos serviços de gestão deve possuir.

São características mínimas e que não importam em direcionamento para essa ou aquela empresa, certo é que essa Administração não abre mão da exigência para que os interessados apresentem sistema baseado integralmente em nuvem.

Não é possível, um Município ficar refém da procrastinação promovida por empresas que não dispõem ainda de tecnologia 100% WEB e que acabam por tentar criar narrativas de direcionamento.

E, mais a escolha pela tecnologia 100% WEB, decorre da discricionariedade dessa Administração, pois se algo de bom pode ser retirado destes tempos de pandemia é, justamente, a necessidade de que tudo esteja na “nuvem” e, possa ser acessado a qualquer momento e de qualquer lugar.

A Impugnante cita certames nos quais segundo ela, houve a participação de apenas uma empresa e é de repetir: o que ocorreu em licitações lançados por outras administrações não dizem

respeito à Prefeitura Municipal do Rio Grande, o interesse é a contratação de um sistema que possa fazer frente as suas necessidades de gestão administrativa.

Alega ainda a existência de fraude em certame lançado pela administração de Viamão, no qual segundo a Impugnante houve participação de determinada fornecedora para contratação de sistema mais caro, mais uma vez, certames realizados por outras administrações não dizem respeito a essa Administração, só podem servir de ensinamento, mas em respeito à informação quanto a alegada fraude e à preservação do interesse público, essa Administração buscou informações mais específicas.

Nesse compasso, não foi identificada a contratação administrativa entre a nominada empresa na impugnação e a administração do município de Viamão. Do mesmo modo, informações obtidas junto ao TJRS restaram verificados que também se encontram arquivados os processos noticiados pela impugnante. Foi apurado que houve decisão unânime de mérito no julgamento do Agravo no sentido de não ocorrência de irregularidades quanto a participação da nominada empresa IPM Sistemas no certame de Viamão. (AI 5010215-42.2020.8.21.7000/RS).

A Impugnante afirma que além de duvidosa a contratação se caracteriza por apresentar elevado custo, mas não indica nada a respeito que demonstre efetivamente que a tecnologia buscada se caracterize por valor de custo elevado.

Não há interesse público, em aceitar um software que, para funcionar na web, exija, por exemplo emulador, por diversos motivos, inclusive pelos custos posteriores de uma nova migração “do emulado” para um “nativo web”; portanto, nada impede que essa Administração possa exercer seu poder discricionário e optar pela contratação de fornecedor que ofereça sistema que seja baseado 100% em nuvem; assim, como ocorre com diversos órgãos e entes da Administração Pública.

Também não é admissível que sejam despendidos recursos humanos e erário público, quando sabido de antemão, que mais recursos financeiros deverão ser aplicados para simplesmente refazer todo o serviço, tornando tudo mais caro. Tal situação é despida de razoabilidade, proporcionalidade e é contrária ao princípio da moralidade administrativa e da eficiência, enraizados na Constituição Federal.

Como exemplo da vantajosidade na contratação de sistema baseado 100% web, destacamos que o próprio Poder Judiciário, onde só foi possível durante a pandemia a manutenção das rotinas e serviços, sem prejuízos significativos aos jurisdicionados, porque os sistemas em uso já eram baseados 100% em tecnologia nativa de computação em nuvem, a exemplo do e-PROC do TRF4 e do TJRS.

Nesse panorama, diversas outras entidades públicas vêm se alinhado com a adoção de sistemas de última geração, pautados na democratização do acesso por dispositivos móveis (tablets, celulares, notebooks), alta disponibilidade (24h, 7 dias por semana), na facilidade de manutenção e uso (remota, de qualquer lugar com acesso à internet e qualquer aparelho com Android, Linux, Windows ou Mac/ios), na redução de custos (sem necessidade de investimentos locais com CPD) e na segurança da informação (garantida por robôs de backup e redundância). Atendendo esses



quesitos básicos, atualmente vem despontando como a solução mais moderna, a tecnologia de computação em nuvem.

A União há anos tem adotado sistemas em nuvem (como por ex. SICONV, RADAR, SISCOMEX, SIGEP, SIORG, SEI), sendo hoje o padrão de suas contratações, afirmando com veemência, que “*é responsabilidade da administração pública oferecer ao cidadão a melhor experiência possível de acesso ao governo eletrônico, respeitando inclusive, as particularidades da população atingida*”. Seguindo nessa linha, o Governo Federal criou o programa ePWG – Padrões Web em Governo Eletrônico, tendo editado diversos instrumentos de orientação para contratação de sistemas em nuvem e desenvolvidos nativamente para web pelos órgãos que compõe a Administração Federal.

A escolha do sistema baseado integralmente em nuvem, a ser adotada para esta Administração encontra-se no âmbito do poder discricionário dos gestores públicos, conforme tem decidido a jurisprudência dominante do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE INDEFERIDA. SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA. SISTEMAS EM PLATAFORMA WEB. EXIGÊNCIAS QUE NÃO VIOLAM O CARÁTER COMPETITIVO E ISONÔMICO DA LICITAÇÃO. ECONOMICIDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. 1. Hipótese em que restou justificado tecnicamente e economicamente os motivos das exigências constantes no edital como forma de identificação e padronização do serviço a ser licitado, mostrando-se necessário o regular prosseguimento T da Concorrência nº 02/2018 promovida pelo Município de Santiago. 2. Ausentes os requisitos legais caracterizadores da tutela de urgência, a teor do que disciplina o artigo 300 do Código de Processo Civil, deve ser mantida a decisão do juízo de origem. RECURSO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70076918382, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 20/06/2018).

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL. AMBIENTE WEB DE INFORMÁTICA. TUTELA DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO DEFERIMENTO. Para a concessão da tutela de urgência é necessário que estejam reunidos os pressupostos estabelecidos pelo art. 300 do CPC. Hipótese em que não se verifica a probabilidade do direito invocado pela agravante, visto que no Edital há ampla justificativa para a exigência nele contida: gestão pública em ambiente WEB. Ainda, a Administração goza do poder de discricionariedade, desde que justifique que o ato visa ao interesse público, bem como respeite os princípios da Administração, sendo esta a hipótese dos autos. Caso em que restou demonstrado que o sistema proposto no Edital geraria economicidade à Administração. AGRAVO



DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077848687, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em 12/09/2018)

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. De acordo com o art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência deverá ser deferida quando restarem preenchidos os seguintes requisitos: a probabilidade do direito e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Hipótese em que não se verifica a probabilidade do direito invocado pela agravada, qual seja, o direcionamento do Pregão Presencial, visto que, tanto no Edital como nas razões recursais, há ampla justificativa para a exigência contida naquele: gestão pública em ambiente WEB. Cumpre registrar que não há ilegalidade no Edital, quanto à exigência de os licitantes fornecerem 100% do sistema na plataforma web. Além disso, o agravante comprovou que mais de uma empresa presta serviço na forma pretendida no Edital. Ainda, a Administração goza do poder de discricionariedade, desde que justifique que o ato visa ao interesse público, bem como respeite os princípios da Administração, sendo esta a hipótese dos autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077644730, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em 31/10/2018).

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA. EXIGÊNCIA DE SOFTWARE EM PLATAFORMA 100% WEB (ONLINE). DIRECIONAMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DIMINUIÇÃO DA COMPETITIVIDADE. RESTRIÇÃO LÍCITA. EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL DA LICITAÇÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS. ESFERA DE ESCOLHAS LEGÍTIMAS DA ADMINISTRAÇÃO, EM RAZÃO DE SUAS NECESSIDADES. POSSIBILIDADE. REFORMADA A DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DO CERTAME. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70075908749, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 08/03/2018)

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. EXIGÊNCIA DE SOFTWARE EM PLATAFORMA TOTALMENTE WEB. 1. Nos termos do art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/90, é vedada a inclusão de cláusulas ou condições que comprometam a competitividade do certame. 2. Hipótese em que,

embora em um primeiro momento, a exigência da plataforma totalmente web pareça restringir o objeto do certame, observa-se que, além de se tratar de exigência que se mostra dentro do poder discricionário do Município, visa a acompanhar as tendências de modernização tecnológica não só do serviço público, mas de irreversível evolução na informática. AGRADO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agrado de Instrumento Nº 70075899351, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 25/04/2018)

Dessa forma está plenamente justificada a escolha para licitar solução tecnológica 100 % web não sendo considerada restrição à competitividade, por estar no âmbito discricionário do gestor essa escolha e, estar em consonância com o que a Lei 14.129/2021 busca como eficiência aos governos digitais.

#### **DA ALEGADA AGLUTINAÇÃO:**

Não há caracterização de impedimento à ampla participação o fato do ato convocatório buscar a contratação simultânea da gestão das áreas administrativa e de saúde; a contratação por intermédio de proposta no valor global, se justifica, para facilitar a gestão contratual dos seus prestadores de serviços, ou seja, a integração dos sistemas permitirá que a gestão das respectivas áreas se realize de forma conjunta.

Assim, tal condição além de importar em menor tempo dispendido com a já dita gestão contratual, vem atender ao Decreto Federal 10.540/2020 e ao art. 48º, § 1º, inc. III da Lei Complementar 101/2000 (LRF), quanto a gestão fiscal e orçamentária dos contratos.

Portanto, a integração contratual das respectivas áreas representa ganhos na gestão pública, além do cumprimento do ordenamento legal.

#### **DAS ALEGAÇÕES QUANTO A REALIZAÇÃO DA POC:**

De forma contrária ao que a peça impugnatória afirma, as definições POC, de modo algum ferem a competitividade a isonomia a finalidade e a segurança da contratação.

Conforme já asseverado, para a estruturação do Termo Referencial foi tomado como base, as informações técnicas de soluções disponíveis no mercado, bem como em outros certames já realizados com o mesmo objetivo; portanto, as definições decorrem de padrões médios de utilização no mercado.

É de esclarecer de que os Anexos I-A e I-B seguiram por equívoco na respectiva republicação do Edital, mas foram excluídos do processo; mantendo-se, todavia todos os termos e definições inerentes ao Anexo I, caracterizado pelo Termo Referencial bem como os demais anexos.

A prova de conceito está de acordo com a Nota Técnica 04/2008/TCU; aliás, conforme o artigo “*Avaliação de amostras em pregão para contratação de objetos de TI*”, de DAUD JR. e BRAGA<sup>1</sup> (2013), em que ambos foram signatários da referida nota técnica:

Nos certames em que não há essa previsão, o gestor não possui meios para avaliar de maneira direta o produto licitado, previamente à celebração contratual. Assim, há o risco de o gestor constatar, somente após a celebração contratual, que o bem ou suprimento fornecido não atende aos requisitos mínimos de qualidade previstos no edital ou, até mesmo, que é inservível, mesmo que a proposta técnica esteja aderente aos requisitos do edital (por uma falha ou omissão, a proposta técnica pode apresentar-se adequada aos requisitos do certame, mas o objeto que a pretensa contratada pretende entregar pode não ser aderente a esta proposta). Neste momento, já se gastou esforço e tempo, restando penalizar a licitante, efetuar o distrato e nova contratação, o que gera custos e atrasos para a Administração. (p. 39-40)

Nos certames realizados por Pregão, em que a avaliação de amostras fizer-se necessária, esta deve ser exigida somente na fase de classificação e apenas do licitante provisoriamente em primeiro lugar, após a etapa de lances.

Por fim, nos casos em que a avaliação de amostras fizer-se necessária, devem-se prever no instrumento convocatório, pelo menos, o prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante, a possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra, a forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação, o roteiro de avaliação, detalhando todas as condições em que o procedimento será executado, além dos critérios de aceitação da amostra e, conseqüentemente, da proposta do licitante, bem como cláusulas que especifiquem a responsabilidade do ente contratante quanto ao estado em que a amostra será devolvida e ao prazo para sua retirada após a conclusão do procedimento licitatório. (p. 49)

Todas as indicações para a realização da POC, estão descritas no Termo de Referência, exceto a acima gizada, pois o sistema estará na “nuvem”.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/129/126>

**NOVAMENTE APONTAMENTO INERENTE AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:**

Tema que já foi enfrentado, mais acima.

**DA ALEGADA VIOLAÇÃO A PROTEÇÃO DE DADOS:**

Por derradeiro tece alegações sobre uma possível violação de dados dos usuários, de forma genérica alega riscos sem, no entanto, especificar como poderia ocorrer tal situação.

Sob tal aspecto cumpre dizer que, a futura contratada, inobstante as disposições da LGPD, será responsável pelo tratamento e armazenamento dos dados. Contrário ainda às alegações da Impugnante quanto ao tratamento dos dados, necessário destacar que o item 3.6 do Termo de Referência pontua claramente a gerência dos serviços de data center.

Ainda se faz necessário salientar que o item 3.6.12 trata de forma específica quanto a obrigatoriedade inerente a segurança dos dados, por intermédio de cópia das informações junto ao ambiente da contratada.

Além disso, as previsões do item 3.8 no título inerente às Obrigações que deverão ser assumidas pela contratada, das quais se destaca a alínea “q” do item 3.8.1:

q) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

Nesse sentido, resta esvaziada as preocupações da Impugnante com o sigilo.

**DAS ALEGAÇÕES DE CONTRATAÇÃO DE PRODUTO QUE JÁ DISPÕE:**

Sustenta a impossibilidade na contratação dos serviços, objeto presente certame, pelo fato de dispor de sistema do qual possui os códigos fontes, além de data center local.

Importa esclarecer que, essa Administração, busca a evolução na prestação dos serviços de gestão, em consonância com o que prevê o novel diploma legislativo Lei 14.129/2021; para tanto, nada impede que se busque a solução tecnológica mais avançada, existente no mercado, diferente da qual hoje essa Municipalidade possui.

Pelo princípio da economicidade é que os serviços prestados pela futura fornecedora devem estar integrados aos serviços de datacenter, justamente para retirar também esse custo interno e para fazer frente ao necessário e constante aparelhamento de software e hardware, para armazenamento e processamento dos dados localmente.

Portanto, diferente do alegado, esse Município não está querendo contratar produto que já possui.

**DAS ALEGAÇÕES DE FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Afirma não haver indicativos da dotação orçamentária para o presente certame, talvez porque tenha passado despercebido a Cláusula Décima - Da Cobertura Financeira, presente na Minuta do Instrumento Contratual e, em atenção ao princípio da transparência se colaciona:

CLÁUSULA DÉCIMA - DO COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03- Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações

01 – Complexo Técnico de Administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

01 – Apoio Administrativo

2001 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Desdobramento 3.3.90.40.00.00.00.00.

**DA DECISÃO:**

ISTO POSTO, conheço da Impugnação apresentada pela empresa **J.G. BAIÃO INFORMÁTICA, CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.**, para no mérito, **JULGAR INTEGRALMENTE IMPROCEDENTE**, nos termos da legislação pertinente e demais fundamentos supra.

**DIANTE DO EXPOSTO, a manifestação para a Comissão de Licitações, é no sentido de que foram devidamente enfrentados os pontos da Impugnação apresentada.**

O presente é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa Procuradoria adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Cidade Histórica do Rio Grande/RS, 25 de novembro de 2021.

MARIA TERESA FERNANDES CORRÊA  
PROCURADORA ADJUNTA - OAB/RS 63.311

À aprovação do Sr. Procurador Geral do Município, conforme disposto no art. 4º, *caput* do Decreto Municipal 15.621/2018, que aprovou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município do Rio Grande.